

1.29 • Conjuntura Internacional

## MOVIMENTOS DE MULHERES NA PALESTINA E EM ISRAEL: PRÁTICAS, LUTAS E DESAFIOS INTERNOS

Giulia Daniele

Texto entregue em Setembro de 2019

AO ABORDAR A ANÁLISE DOS MOVIMENTOS das mulheres palestianas e israelitas é necessário, em primeiro lugar, salientar o contexto histórico, bem como o contexto sociopolítico no qual as mulheres ativistas construíram a sua política. As mulheres palestianas continuam a viver dentro de uma nação apátrida, onde a luta liderada por um movimento de libertação nacional ocupou um lugar central nas suas realidades quotidianas, em contraste com o nacionalismo institucionalizado e com o Estado-nação estabelecido (o Estado judeu), experienciado pelas mulheres israelitas. Nesse contexto, o ativismo político das mulheres, quer nos territórios palestinos ocupados quer em Israel, tem sido cada vez mais influenciado e, na maioria dos casos, impedido de progredir devido aos principais obstáculos associados à ocupação militar israelita.

Neste artigo, estabelecido a partir da minha dissertação de doutoramento e no livro dele resultante intitulado *Women, Reconciliation and the Israeli-Palestinian Conflict: The Road Not Yet Taken* (Routledge, 2014), quero analisar a correlação existente entre o paradigma do ativismo político das mulheres seculares na Palestina/Israel e teorias feministas de construção de género, juntamente com a construção de paz num conflito cujo ambiente se caracteriza pela luta étnica, nacional, política, social e de classes sociais.

### Mulheres palestianas e as suas lutas dentro de uma identidade nacional profundamente enraizada

Desde o momento da *Nakba* (a 'Catástrofe' palestina) em 1948 e a consequente perda das suas casas e desapropriação das suas terras, as mulheres palestianas mobilizaram todos os recursos de forma a fornecer as necessidades básicas e a assistência psicológica necessária à sobrevivência das suas famílias. Ao longo da criação da *União Geral das Mulheres Palestinianas* (UFMP), em 1965, como uma filial feminina dentro da *Organização para a Libertação da Palestina* (OLP), o apoio às mulheres, particularmente direccionado para a alfabetização, primeiros socorros e enfermagem, foram incluídos na campanha *sumud* (perseverança) que marcou o ativismo político do movimento nacional crescente.

A partir desse momento histórico, como em muitos outros países do mundo, as organizações políticas das mulheres começaram a adotar o conceito do feminismo, embora se tenham levantado questões controversas sobre conteúdos e implicações relacionadas com o seu significado num contexto tão específico. Durante os primeiros dias da primeira *Intifada*, em dezembro de 1987, o movimento das mulheres palestianas atingiu um grande potencial na luta nacional, unindo mulheres de todas as idades e classes sociais. Na realidade trágica da ocupação militar, as atividades diárias organizadas

pelas mulheres tornaram-se na característica mais influente da resistência não violenta na Cisjordânia e na faixa de Gaza<sup>1</sup>.

Ao longo da transformação interna palestina, após a conferência de Madrid de 1991 e da fase de abertura definida como o 'processo de paz' israelo-palestino, as mulheres foram chamadas para executar funções de liderança no que diz respeito às expressões políticas nacionais de uma sociedade democrática e igualitária, mesmo que essa proposta permaneça, maioritariamente, a um nível teórico<sup>2</sup>.

“O desejo de alcançar a dignidade humana e a igualdade, foi reivindicado por um número crescente de mulheres feministas de ambos os lados”

Consequentemente ao desaparecimento dos acordos de Oslo e com o exacerbar da segunda *Intifada* em 2000, a relação entre a luta pela libertação nacional e a luta contra o patriarcado interno colocou-se numa posição crítica, uma vez que a agenda das mulheres se concentrou mais na resistência à ocupação, acabando por adiar a agenda das questões de género. A maioria das mulheres ativistas compreenderam que não foi suficiente ganhar, apenas, consciência dos seus direitos e que, em vez disso, precisam de progredir com mudanças estruturais coletivas.

### Identidades étnico-nacionais heterogêneas entre mulheres ativistas israelitas

Desde o rescaldo da primeira guerra israelo-árabe, os papéis de género judeus israelitas, como mães e titulares de crianças, começaram a ser apresentados como 'mães de soldados' e 'mães da nação'<sup>3</sup>. Através da *Declaração da Independência* (1948) e da *Lei da igualdade de direitos para as mulheres* (1951), as mulheres israelitas foram levadas a pensar que podiam adquirir direitos como o da igualdade de oportunidades no novo cenário sociopolítico, no entanto, estas duas leis nunca tiveram força constitucional.

Numa sociedade construída sobre o mito da masculinidade militarizada, tanto na esfera pública como na privada, o caso de Israel provou ser um caso excepcional no qual as mulheres ora são encorajadas a participar no sistema político, ora se defrontam com a realidade diária de uma sociedade patriarcal militarizada<sup>4</sup>. Desde o final da década

de 1980, a maioria das ativistas políticas israelitas têm vindo a compreender que a ocupação militar é também uma questão feminista, o que levou a que a rigorosa ligação entre o feminismo e o pacifismo acabasse por se tornar parte consciente dos seus discursos internos<sup>5</sup>.

Para além de lidar com a disparidade interna israelita entre os judeus Ashkenazi, judeus Mizrahi<sup>6</sup>, cidadãos palestinos de Israel e outras comunidades minoritárias, as organizações de mulheres israelitas têm sido predominantemente compostas e orientadas por mulheres judias Ashkenazi, colocando em falta a representação dos chamados 'outros', ou, por outras palavras, a maioria dos judeus Mizrahi, palestinos, russos, beduínos, etíopes e migrantes juntamente com trabalhadores estrangeiros. No entanto e recentemente, as mulheres das comunidades mais desfavorecidas começaram a tomar consciência das suas condições desprivilegiadas, ao chamar a atenção para as suas necessidades específicas e ao partilhar as suas experiências opressoras<sup>7</sup>. Ao contextualizar as suas próprias lutas dentro da sociedade israelita militarizada, bem como a noção do 'Outro' dentro de Israel e relativamente às mulheres ativistas palestinas da Cisjordânia e da faixa de Gaza, as mulheres ativistas israelitas não representam uma subjetividade unitária.

### Ativismo conjunto de mulheres israelitas e palestinas: uma análise crítica

Na década de 1990, tanto em Israel como nos territórios palestinos ocupados, as organizações de mulheres decidiram assumir a defesa de políticas alternativas e explorar, a partir de dentro, a complexidade das identidades e as suas diferenças através de um processo que tem requerido um 'constante cuidado e reparo'. Aquilo que foi identificado em termos de uma 'política transversal', fundada a partir de práticas de enraizamento e de mudança<sup>8</sup>, emergiu como um antecedente indispensável no processo de interpretação de análises teóricas de políticas quotidianas<sup>9</sup>.

Com base nesses princípios, o *Jerusalem Link*, que teve início em 1993, pode representar o resultado emblemático de tais iniciativas conjuntas, representando o que foi e qual é o atual estado do debate dentro dos projetos conjuntos israelo-palestinos, de forma, em primeiro lugar, a institucionalizar políticas partilhadas entre as mulheres de Jerusalém Ocidental e Oriental e, em segundo lugar, a lidar com crenças fundamentais comuns, tais como o reconhecimento da autodeterminação do povo palestino, o estabelecimento de um Estado palestino independente ao lado de Israel, em conformidade com o direito internacional, e finalmente, o tema mais controverso da partilha de Jerusalém. Em detalhe, o lado israelita, representado por *Bat Shalom* (Filhas da paz) e abran-

gendo cidadãs palestinianas de Israel, definiu-se como uma organização feminista circunscrita no movimento pacifista israelita, enquanto que, do lado palestiniano, as mulheres representadas por *Markaz al-Quds la I-Nissab* (Centro das Mulheres de Jerusalém), reivindicaram a conscientização política através de aspirações nacionais subjugadas pela ocupação militar externa.

Apesar disso, o debate crítico feminista sobre e entre mulheres palestinianas e israelitas do *Jerusalem Link* ocorreu ao longo de um quadro marginalizado e discriminatório: dado que a assimetria entre o 'ocupante' e o 'ocupado' ainda persiste, o projeto foi interrompido. Por um lado, as mulheres palestinianas têm confiado na transformação política da sociedade israelita, enquanto que as suas homólogas israelitas têm confiado na construção de pontes baseadas, mais, nas relações pessoais entre as mulheres de ambos os lados. Ao fazer isto, as mulheres israelitas judias têm salientado, de forma consciente, a sua determinação em refletir sobre teorias feministas enquanto que, as mulheres palestinianas raramente adotaram (apenas em algumas ocasiões e só através dos seus principais representantes) uma atitude feminista tão vinculada, que também não tem vindo a ser incluída nos objetivos políticos de apoiar a luta nacional<sup>10</sup>.

O potencial destas iniciativas conjuntas tem-se colocado cada vez mais questionável, uma vez que muitas delas, especialmente as israelitas, participaram no crescimento de relações mútuas fundadas sobre o consentimento oculto de condições assimétricas. Para alguns, as mulheres ativistas, grupos partilhados e atividades conjuntas ainda tentaram estabelecer sociedades 'normalizadas'<sup>11</sup>, o que pode ser considerado um ato de consentimento com a contínua ocupação militar e com o colapso de projetos conjuntos políticos.

## Conclusão

Após o outubro de 2000, o terreno político alterou-se e o progresso das associações conjuntas femininas foi interrompido. Este declínio foi reconhecido como um complexo fracasso político, incapaz de transformar diálogos em ações que poderiam vir a gerir a inclusão e a solidariedade entre as mulheres ativistas nas zonas de conflito e, ainda, a levar este progresso além da situação geral que existe no interior das suas sociedades. No entanto, nos últimos anos, o desejo de alcançar a dignidade humana e a igualdade, foi reivindicado por um número crescente de mulheres feministas de ambos os lados, que expressaram um forte criticismo em relação às suas próprias perspetivas nacionais e para com a propagação de injustiças no seio de minorias oprimidas.

Em particular, de um lado, o papel político feminino palestiniano aumentou, tanto individualmente como coletivamente, na medida que tem demonstrado a sua capacidade, força e determinação de conquistar os seus objetivos e de motivar indivíduos de diferentes contextos e pontos de vista políticos a juntarem-se na luta não-violenta que decorre, atualmente, em diversas aldeias palestinianas na Cisjordânia. Do outro lado, várias israelitas feministas e mulheres promotoras da paz, puseram em causa os seus papéis como cidadãs do Estado judeu

(o 'ocupante'). Iniciativas semelhantes têm gerado debates controversos dentro de Israel, onde a intolerância e a violência direcionada a civis e ativistas de direitos humanos têm aumentado cada vez mais. Por estas razões, é necessário ter em conta, constantemente, as condições estruturais que têm caracterizado o status quo nos territórios da Palestina/Israel, sem ignorar as causas históricas e políticas desse conflito. Mesmo que a maioria dos exemplos de ativismo político feminino não tenham sido capazes de conciliar, efetivamente, as suas posições teóricas com as suas ações, o valor das suas lutas contra a ocupação militar israelita e, ainda, o contributo para o avanço de paradigmas alternativos dentro das suas sociedades, é difícil de contestar.

O incentivo de iniciativas de solidariedade, conduzido por mulheres ativistas que destacaram o seu criticismo ao redor da questão das relações de poder entre o 'ocupante' e o 'ocupado', simbolizou a tentativa de desenvolver uma confiança e uma cooperação verdadeira, ancorada à realidade no terreno. Em particular, a crítica feminista interna tornou-se numa ferramenta fundamental para reestruturar práticas políticas, bem como para a abordagem útil, embora problemática, de perspetivas para um futuro justo na Palestina/Israel. ■

## Notas

<sup>1</sup> Abdo, Nahla (1994) 'Nationalism and Feminism: Palestinian Women and the Intifada – No Going Back?', in Valentine M. Moghadam (ed.) *Gender and National Identity*, London: Zed Books; Dajani, Souad (1994) 'Between National and Social Liberation: The Palestinian Women's Movement in the Israeli Occupied West Bank and Gaza Strip', in Tamar Mayer (ed.) *Women and the Israeli Occupation*, London and New York: Routledge; Jad, Islah (1999) 'From Salons to the Popular Committees: Palestinian Women 1919-89', in Ilan Pappé (ed.) *The Israel/Palestine Question: Rewriting Histories*, London and New York: Routledge; Peteet, Julie M. (1991) *Gender in Crisis: Women and the Palestinian Resistance Movement*, New York: Columbia University Press.

<sup>2</sup> Jad, Islah, Johnson, Penny and Giacaman, Rita (2000) 'Transit Citizens: Gender and Citizenship under the Palestinian Authority', in Suad Joseph (ed.) *Gender and Citizenship in the Middle East*, New York: Syracuse University Press; Shalhoub-Kevorkian, Nadera (2009) *Militarization and Violence against Women in Conflict Zones in the Middle East*, Cambridge: Cambridge University Press.

<sup>3</sup> Berkovitch, Nitzza (1997) 'Motherhood as a National Mission: The Construction of Womanhood in the Legal Discourse in Israel', *Women's Studies International Forum*, 20(5/6): 605–619; Bernstein, Deborah (ed.) (1992) *Pioneers and Homemakers: Jewish Women in Pre-State Israel*, Albany, NY: State University of New York Press.

<sup>4</sup> Fuchs, Esther (ed.) (2005) *Israeli Women's Studies: A Reader*, Piscataway, NJ: Rutgers University Press; Herzog, Hanna (1998) 'Homefront and Battlefield: The Status of Jewish and Palestinian Women in Israel', *Israel Studies*, 3(1): 61–84.

<sup>5</sup> Golan, Galia (1997) 'Militarization and Gender: The Israeli Experience', *Women's Studies International Forum*, 20(5/6): 581–586; Helman, Sara (2009) 'Peace Movements in Israel', *Jewish Women: A Comprehensive Historical Encyclopaedia*, <http://jwa.org/encyclopedia>.

<sup>6</sup> O panorama social judeu dentro de Israel é composto por duas categorias principais classificadas pelos: *Judeus Ashkenazi*, população judia de origem europeia, americana e russa, que corresponde a trinta e dois por cento da população total de Israel e que simboliza a elite económica, política e social dominante; e pelos *Mizrabim*, a população judaica com origem no Norte de África, Médio Oriente e Ásia, que representa quarenta e oito por cento do total da população israelita, mesmo que estejam à margem do poder.

<sup>7</sup> Dahan-Kalev, Henriette (2001) 'Tensions in Israeli Feminism: The Mizrahi-Ashkenazi Rift', *Women's Studies International Forum*, 24: 1–16; Lavie, Smadar (2011) 'Mizrahi Feminism and the Question of Palestine', *Journal of Middle East Women's Studies*, 7(2): 56–88; Lavie, Smadar (2014) *Wrapped in the Flag of Israel*, New York and Oxford: Berghahn Books.

<sup>8</sup> Yuval-Davis, Nira (1999) 'What is "Transversal Politics"?' *Soundings*, 12: 94–98.

<sup>9</sup> Pope, Juliet J. (1993) 'The Emergence of a Joint Israeli-Palestinian Women's Peace Movement', in Haleh Afshar (ed.) *Women in the Middle East: Perceptions, Realities and Struggles for Liberation*, London: Macmillan; Pouzol, Valerie (2008) *Clandestines del la Paix: Israéliennes et Palestiniennes Contre la Guerre*, Paris: Complexe.

<sup>10</sup> Cockburn, Cynthia (2007) *From Where We Stand: War, Women's Activism and Feminist Analysis*, London: Zed Books; Jacoby, Tami A. (2005) *Women in Zones of Conflict*, Montreal: McGill-Queen's University Press; Sharoni, Simona (2012) 'Gender and Conflict Transformation in Israel/Palestine', *Journal of International Women's Studies*, 13(4): 113–128.

<sup>11</sup> No meio académico, bem como nos movimentos populares, o conceito de 'normalização' tem sido amplamente discutido (Salem, Walid (2007) 'A Path to Peace', in Mohamed A. Salam *et al.*, 'What is Normalization?', BitterLemons-International, 42(5). Mesmo que tenha sido empregue no idioma comum, após o Tratado de paz israelo-egípcio em 1979, durante a década de 1990, o conceito ganhou uma conotação negativa relativamente aos projetos de cooperação conjunta (os chamados 'People-to-People Projects') entre palestinianos e israelitas judeus.